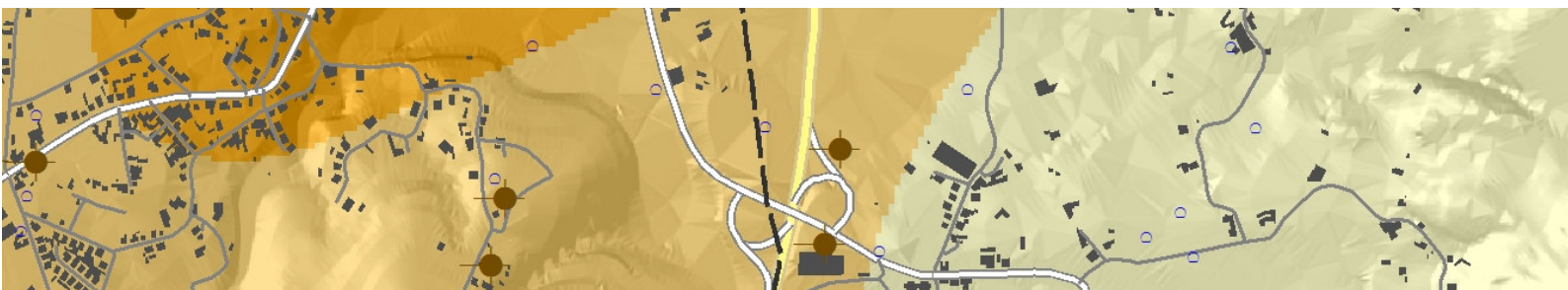




Câmara Municipal de Santo Tirso  
Serviço Municipal de Proteção Civil

## Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil



2014



#### Equipa técnica

Alexandra Carla Moreira (Arq. Paisagista)  
 Ana Sistelo (Arq. Paisagista)  
 Célia Fonte (Eng. Florestal)  
 Cristina Miranda (Geógrafa)  
 Tiago Lima (Eng. Ambiente)

## Índice Geral

<i>Parte I</i> .....	12
<i>Enquadramento Geral do Plano</i> .....	12
1. Introdução .....	13
2. Âmbito de Aplicação .....	17
3. Objetivos Gerais .....	21
4. Enquadramento Legal .....	22
5. Antecedentes do Processo de Planeamento .....	23
6. Articulação com Instrumentos de Planeamento e Ordenamento do Território .....	25
7. Ativação do Plano .....	27
7.1. Competência para ativação do plano .....	27
7.2. Critérios para ativação do plano .....	29
8. Programa de exercícios .....	31
<i>Parte II</i> .....	32
<i>Organização da Resposta</i> .....	32
1. Conceito de Atuação .....	33
1.1. Comissões de Proteção Civil .....	34
2.1. Fase de Emergência .....	38
2.1. Fase de Emergência .....	38
2.2. Fase de Reabilitação .....	43
3. Articulação e Atuação de Agentes, Organismos e Entidades .....	45
3.1.1. Fase de Emergência .....	48
3.1.2. Fase de Reabilitação .....	51
3.2. Missão dos Organismos e Entidades de Apoio .....	55
3.2.1. Fase de Emergência .....	55
3.2.2. Fase de Reabilitação .....	57
<i>Parte III</i> .....	61
<i>Áreas de Intervenção</i> .....	61
1. Administração de Meios e Recursos .....	62
2. Logística .....	65
2.1. Apoio logístico às forças de intervenção .....	65
2.2 Apoio logístico às populações .....	68
3. Comunicações .....	70

4. Gestão da Informação .....	76
5. Procedimentos de Evacuação .....	79
6. Manutenção da Ordem Pública .....	81
7. Serviços Médicos e Transporte de Vítimas .....	85
8. Socorro e Salvamento .....	87
9. Serviços Mortuários .....	90
10. Protocolos .....	97
<i>Parte IV</i> .....	98
Informação Complementar .....	98
<i>Secção I</i> .....	99
1. Organização Geral da Proteção Civil em Portugal .....	100
1.1. Estrutura da Proteção Civil .....	100
1.2. Estrutura das Operações .....	102
2. Mecanismos da Estrutura de Proteção Civil .....	106
2.1. Composição, convocação e competências da Comissão de Proteção Civil .....	106
2.2. Critérios e âmbito para a declaração das situações de Alerta, Contingência ou Calamidade .....	110
2.3. Sistema de Monitorização, Alerta e Aviso .....	113
<i>Secção II</i> .....	115
1. Caracterização Geral .....	116
2. Caracterização Física .....	118
3. Caracterização Sócioeconómica .....	137
4. Caracterização das Infraestruturas .....	145
5. Caracterização do Risco .....	151
5.1. Análise do Risco .....	151
5.2. Análise da Vulnerabilidade .....	214
5.3. Estratégias para a Mitigação de Riscos .....	229
6. Cenários .....	244
7. Cartografia .....	258
<i>Secção III</i> .....	260
1. Inventário de Meios e Recursos .....	261
2. Lista de Contactos .....	284
3. Modelo de relatórios e requisições .....	297
4. Modelo de comunicados .....	305
5. Lista de Controlo de Atualizações do Plano .....	307



6. Lista de Registo de Exercícios do Plano .....	309
7. Lista de Distribuição do Plano.....	313
8. Legislação .....	316
9. Bibliografia .....	321
10. Glossário.....	330
Lista de Acrónimos e Siglas .....	360

## Índice de Figuras

Figura 1 – Riscos naturais e antrópicos no concelho de Santo Tirso.....	14
Figura 2 – Enquadramento geográfico do concelho de Santo Tirso.....	18
Figura 3 – Reorganização administrativa do território das freguesias no concelho de Santo Tirso – Lei 11-A/2013, 28 de Janeiro.....	20
Figura 4 - Organigrama do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil.....	36
Figura 5 – Organograma rede de telecomunicações.....	71
Figura 6 - Diagrama das telecomunicações.....	73
Figura 7 - Diagrama de indicativos rádio.....	74
Figura 8 – Carta das áreas de intervenção dos Bombeiros Voluntários do concelho de Santo Tirso. ....	82
Figura 9 – Carta das áreas de intervenção das forças de segurança do concelho de Santo Tirso. ....	83
Figura 10 – Organigrama da organização geral das operações.....	96
Figura 11 – Organigrama da Estrutura da Proteção Civil em Portugal.....	100
Figura 12 – Organigrama da estrutura das operações de proteção civil em Portugal.....	102
Figura 13 – Declaração da situação de alerta. ....	111
Figura 14 - Modelo digital do terreno. ....	118
Figura 15 – Carta de declives do concelho de Santo Tirso.....	120
Figura 16 – Carta de exposição de vertentes do concelho de Santo Tirso.....	121
Figura 17 – Mapa da sismicidade registada no concelho de Santo Tirso, 1961-2006. ..	123
Figura 18 - Carta da Rede Hidrográfica do concelho de Santo Tirso.....	125
Figura 19 – Carta da População Residente do Concelho de Santo Tirso, 2011.....	138
Figura 20 - Taxa de variação da população residente (%) por freguesia no concelho de Santo Tirso (2001-2011). ....	139
Figura 21 - Carta da Densidade Populacional Concelho de Santo Tirso, 2011.....	140

Figura 22 - Carta da população por setor de atividade, em número, por freguesia, no concelho de Santo Tirso, 2011. ....	141
Figura 23 - Carta da Evolução do Índice de Envelhecimento (%), por freguesia, no Concelho de Santo Tirso, 2011. ....	143
Figura 24 – Carta do N.º de alojamentos por freguesia no concelho de Santo Tirso, 2011. ....	144
Figura 25 - Carta da Rede Viária Principal do Concelho de Santo Tirso, 2013. ....	145
Figura 26 – Fotografias da Estação Ferroviária de Santo Tirso .....	147
Figura 27– Carta de localização dos equipamentos que asseguram a proteção civil. ....	149
Figura 28 - Carta de localização dos equipamentos de vulnerabilidade especial e espaços económicos considerados perigosos, no concelho de Santo Tirso.....	159
Figura 29 - Carta de localização da linha ferroviária e infra-estruturas associadas no troço da linha de Guimarães que interceta o concelho de Santo Tirso. ....	160
Figura 30 - Mapa de Sinistralidade Rodoviária do concelho de Santo Tirso. ....	166
Figura 31 - Mapa de Perigosidade Rodoviária do concelho de Santo Tirso. ....	167
Figura 32 – Imagem do google maps com a identificação dos acidentes rodoviários, no concelho de Santo Tirso. ....	167
Figura 33 – imagem do google maps com os pontos negros rodoviários, no concelho de Santo Tirso. ....	168
Figura 34 – imagem do google maps com as fichas de caracterização individual de cada ponto negro rodoviário. ....	168
Figura 35 - Carta de risco de cheia do concelho de Santo Tirso – período de retorno de 100 anos. ....	172
Figura 36 - Carta de perigosidade a cheias e inundações urbanas. ....	173
Figura 37 – Carta de Risco de Cheia associada a Locais de Vulnerabilidade Especial. ....	174
Figura 38 – Extrato do ortofotomapa da união de freguesias de Santo Tirso, Santa Cristina do Couto, S. Miguel do Couto e Burgães, Rio Ave e Rio Sanguinhedo, associado a locais que historicamente inundam. ....	174
Figura 39 - imagem do google maps com cheias/inundações, no concelho de Santo Tirso.....	175
Figura 40 – Imagem do google maps com as cheias lentas no concelho de Santo Tirso. ....	176
Figura 41 - Mapa de Colapso de Estruturas. ....	178
Figura 42 – Suscetibilidade a movimentos de vertente, no concelho de Santo Tirso. ..	181

Figura 43 - Mapa dos modelos de combustível florestal para o concelho de Santo Tirso .....	184
Figura 44 - Mapa de perigosidade de incêndio florestal do concelho de Santo Tirso. ....	185
Figura 45 - Mapa de risco de incêndio florestal do concelho de Santo Tirso. ....	188
Figura 46 - Mapa de prioridades de defesa do concelho de Santo Tirso. ....	189
Figura 47 – Incêndios urbanos por ano de ocorrência no concelho de Santo Tirso. ...	193
Figura 48 - Carta de localização dos incêndios urbanos, no concelho de Santo Tirso. ....	195
Figura 49 – Carta de susceptibilidade a incêndios urbanos, no concelho de Santo Tirso – Edificado com idade superior a 25 anos, estimado por krigagem ordinária. ....	196
Figura 50 – Carta de susceptibilidade a incêndios urbanos, no concelho de Santo Tirso – Elipse direcional. ....	197
Figura 51 - Cenário Escola Inverno (exercício Livex). ....	204
Figura 52 - Cenário Escola Verão (exercício Livex). ....	205
Figura 53 - Suscetibilidade ao transporte de matérias perigosas: áreas de impacto. ...	206
Figura 54 – Extrato do ortofotomapa de Santo Tirso, Rio Ave e Rio Sanguinhedo, associado a locais que historicamente inundam. ....	220
Figura 55 – Extrato do ortofotomapa do Setor Este do concelho de Santo Tirso parte inicial da vertente de Nossa Senhora da Assunção, pertencente a S. Miguel do Couto, parte de Rebordões e de Roriz, aliado ao risco muito forte de áreas propícias à ocorrência de movimentos de vertente. ....	223

## Índice de Tabelas

Tabela 1 - Entidades intervenientes face à tipologia do risco que determinou a ativação do plano. ....	42
Tabela 2 – Ações a concretizar na fase de reabilitação e autoridades/entidades /organismos a envolver. ....	44
Tabela 3 - Agentes, Entidades e Organismos que têm especial dever de cooperação numa operação de Proteção Civil. ....	47
Tabela 4 – Grau de gravidade das ocorrências tipificado por uma escala de intensidades. ....	88
Tabela 5 - Atividade sísmica no distrito do Porto (01/01/1753 a 1/01/1991) .....	122
Tabela 6 - Médias Mensais da Frequência e Velocidade do Vento, I no período 1951-1980 .....	131

Tabela 7 – Uso e ocupação do solo por freguesia, em hectares.....	135
Tabela 8 – Principais ligações estabelecidas pelas redes rodoviárias e ferroviária do concelho de Santo Tirso. ....	148
Tabela 9 - Linha de Guimarães (do pk 35,440 a 39,090) - Ocorrências que motivaram a intervenção dos Bombeiros e PSP, no concelho de Santo Tirso. ....	162
Tabela 10 - Parâmetros geométricos das bacias hidrográficas e tempo de concentração de acordo coma fórmula de Giandotti.....	170
Tabela 11 - Modelos de combustível florestal.....	183
Tabela 12 -Valores de referência utilizados no cálculo da vulnerabilidade e do valor económico.....	187
Tabela 13 - Meios e recursos disponíveis que possam ser utilizados em situação de problemas de disponibilidade de água potável a nível concelhio. ....	209
Tabela 14 - Identificação dos períodos de seca, na estação da Serra do Pilar, entre 1975 e 2005.....	210
Tabela 15 – Risco de Acidente Industrial, fatores determinantes e pontos críticos, no concelho de Santo Tirso .....	215
Tabela 16 – Risco de Acidente Ferroviário, fatores determinantes e pontos críticos, no concelho de Santo Tirso .....	217
Tabela 17 – Risco de Acidentes Rodoviários, fatores determinantes e pontos críticos, no concelho de Santo Tirso .....	218
Tabela 18 – Risco Hidrológico, fatores determinantes e pontos críticos, no concelho de Santo Tirso. ....	219
Tabela 19 – Risco Hidrológico, fatores determinantes e pontos críticos, no concelho de Santo Tirso. ....	221
Tabela 20 – Risco Geomorfológico, fatores determinantes e pontos críticos, no concelho de Santo Tirso .....	222
Tabela 21 – Perigosidade de Incêndio Florestal, fatores determinantes e pontos críticos, no concelho de Santo Tirso. ....	224
Tabela 22 – Risco de Incêndio Urbano, fatores determinantes e pontos críticos, no concelho de Santo Tirso. ....	225
Tabela 23 – Risco de acidente no transporte de mercadorias perigosas, fatores determinantes e pontos críticos, no concelho de Santo Tirso.....	226
Tabela 24– Risco de seca, fatores determinantes e pontos críticos no concelho de Santo Tirso. ....	227
Tabela 25– Risco de Incêndio Florestal, fatores determinantes e pontos críticos, no concelho de Santo Tirso. ....	228



Tabela 26 – Medidas de Prevenção a adotar – Risco de Incêndio Industrial.....	233
Tabela 27 - Medidas de Prevenção a adotar – Acidentes graves de tráfego ferroviário .....	234
Tabela 28 – Medidas de Prevenção a adotar – Risco de Acidente Rodoviário. ....	235
Tabela 29– Medidas de Prevenção a adotar – Risco Hidrológico. ....	236
Tabela 30 – Medidas de Prevenção a adotar – Colapso de Estruturas. ....	237
Tabela 31 – Medidas de Prevenção a adotar – Risco Geomorfológico.....	238
Tabela 32 – Medidas de Prevenção a adotar – Risco de Incêndio Florestal. ....	239
Tabela 33 – Medidas de Prevenção a adotar – Risco de Incêndio Urbano. ....	240
Tabela 34 – Medidas de Prevenção a adotar – Risco de acidente no transporte de mercadorias perigosas.....	241
Tabela 35 – Medidas de Prevenção a adotar – Risco de seca .....	242
Tabela 36 – Medidas de Prevenção a adotar – Risco Sísmico. ....	243
Tabela 37 – Atribuições e responsabilidades das áreas de intervenção constituintes da CMPC de acordo com os níveis de emergência – Risco de acidente industrial.....	245
Tabela 38 – Atribuições e responsabilidades das áreas de intervenção constituintes da CMPC de acordo com os níveis de emergência – Risco de acidente graves de tráfego ferroviário. ....	246
Tabela 39 – Atribuições e responsabilidades das áreas de intervenção constituintes da CMPC de acordo com os níveis de emergência – Risco de acidentes rodoviários. ....	247
Tabela 40 – Prioridades de ação, recursos a mobilizar e medidas a adotar considerando o cenário mais desfavorável, de crítica gravidade – Risco de acidentes rodoviários. ....	248
Tabela 41 - Atribuições e responsabilidades das áreas de intervenção constituintes da CMPC de acordo com os níveis de emergência – Risco de cheia. ....	249
Tabela 42 - Atribuições e responsabilidades das áreas de intervenção constituintes da CMPC de acordo com os níveis de emergência – Colapso de estruturas. ....	250
Tabela 43 - Atribuições e responsabilidades das áreas de intervenção constituintes da CMPC de acordo com os níveis de emergência – Risco Geomorfológico. ....	251
Tabela 44 - Atribuições e responsabilidades das áreas de intervenção constituintes da CMPC de acordo com os níveis de emergência – incêndios florestais. ....	252
Tabela 45 – Prioridades de ação, recursos a mobilizar e medidas a adotar considerando o cenário mais desfavorável, de crítica gravidade .....	253
Tabela 46 - Atribuições e responsabilidades das áreas de intervenção constituintes da CMPC de acordo com os níveis de emergência – Incêndios urbanos. (Fonte: CMST/Proteção civil) .....	255

Tabela 47 – Atribuições e responsabilidades das áreas de intervenção constituintes da CMPC de acordo com os níveis de emergência – Risco de transporte de mercadorias perigosas.....	255
Tabela 48 – Atribuições e responsabilidades das áreas de intervenção constituintes da CMPC de acordo com os níveis de emergência – Seca.....	256
Tabela 49 – Atribuições e responsabilidades das áreas de intervenção constituintes da CMPC de acordo com os níveis de emergência – Risco sísmico.....	257

## Homologação da Câmara Municipal

Para cumprimento do disposto no artigo 19º da Lei 65/2007, de 12 de novembro, e com base na Diretiva relativa aos critérios e normas técnicas para a elaboração e operacionalização de planos de emergência de proteção civil, Resolução nº 25/2008 da Comissão Nacional de Proteção Civil, publicada no Diário da República de 18 de julho de 2008, cumre-me enviar a V/Exa., para aprovação da Comissão Nacional de Proteção Civil, o Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil (PMEPC), em formato digital, elaborado pelo Serviço Municipal de Proteção Civil do concelho de Santo Tirso homologado em reunião da Comissão Municipal de Proteção Civil (CMPC), conforme ata, em anexo (ponto 2).

Com os melhores cumprimentos.

O Vereador,

Alberto Costa, Dr.

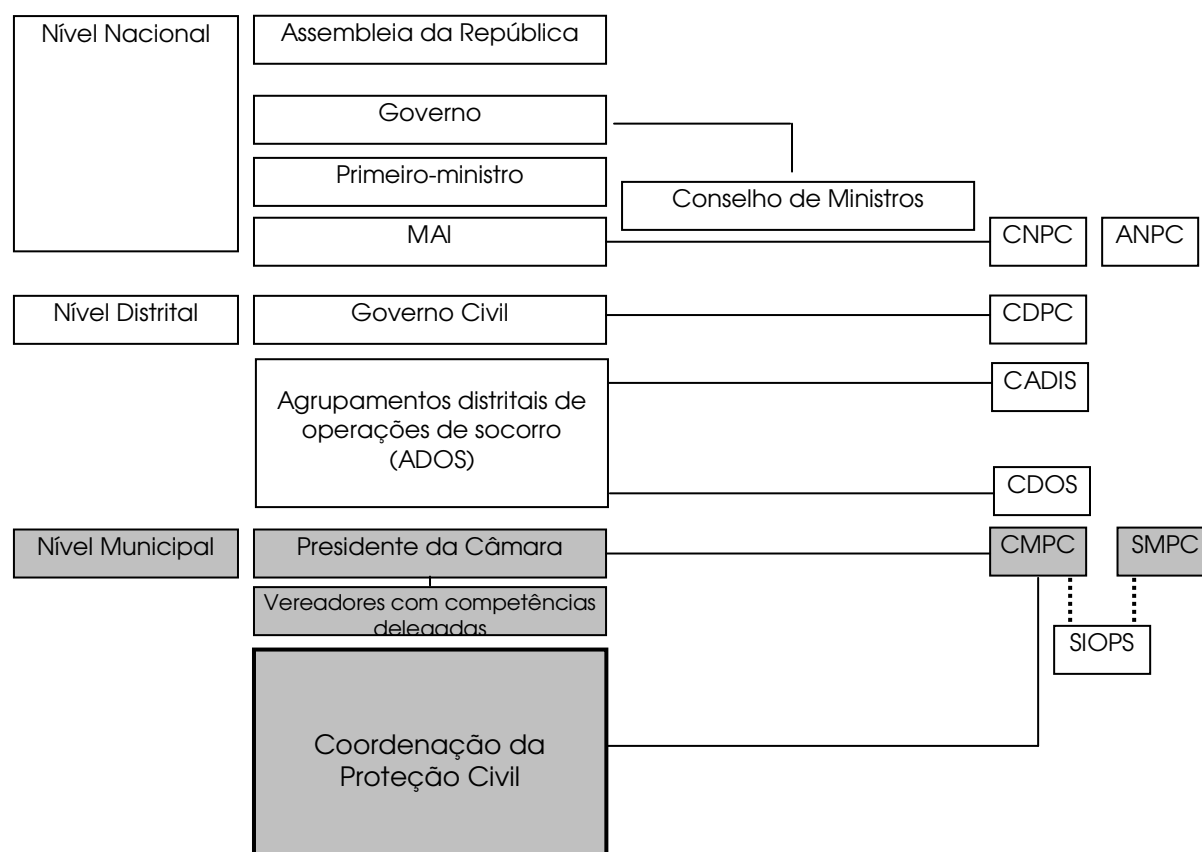
*Parte IV*

Informação Complementar

## *Secção I*

## 1. Organização Geral da Proteção Civil em Portugal

### 1.1. Estrutura da Proteção Civil



**Figura 11** – Organograma da Estrutura da Proteção Civil em Portugal.

Fonte: Cadernos técnicos PROCIV/ Lei de Bases de Proteção Civil, Lei n.º 27/2006; Decreto-Lei n.º 134/2006, alterado pelo Decreto-Lei n.º 114/2011, de 30 de novembro), na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 72/2013.

A Proteção Civil em Portugal organiza-se de acordo com três níveis: nível nacional, nível distrital e nível municipal (Lei n.º 27/2006, Artigo 45.º). Este plano insere-se no nível territorial municipal.

Ao nível *nacional* a **Assembleia da República** contribui, pelo exercício da sua competência política, legislativa e financeira, para enquadrar a política de proteção civil e para fiscalizar a sua execução.



A condução da política de proteção civil é da competência do **Governo**, que, no respetivo Programa, deve inscrever as principais orientações a adaptar ou a propor naquele domínio.

O **Primeiro-Ministro** é responsável pela direção da política de proteção civil. O Primeiro-Ministro pode delegar as competências no Ministro da Administração Interna.

A **Comissão Nacional de Proteção Civil** é o órgão de coordenação em matéria de proteção civil.

A **Autoridade Nacional de Proteção Civil**, abreviadamente designada por ANPC, é um serviço central de natureza operacional, da administração direta do Estado, dotado de autonomia administrativa e financeira e património próprio, na dependência do membro do Governo responsável pela área da Administração Interna (Decreto-Lei n.º 75/2007, de 29 de março).

Em cada *distrito* existe uma **comissão distrital** de proteção civil.

O **governador civil**, como responsável distrital da política de proteção civil, que preside;

Os **agrupamentos distritais de operações de socorro** são dirigidos pelos comandantes operacionais de agrupamento distrital designados abreviadamente por CADIS, sendo substituídos nas suas faltas e impedimentos por um comandante operacional distrital do seu âmbito territorial a designar pelo comandante operacional nacional.

Em cada *município* existe uma **comissão de proteção civil**.

Integram a comissão municipal de proteção civil:

- a) O presidente da câmara municipal ou o vereador com competências delegadas, como responsável municipal máximo da política de proteção civil, que preside;
- b) O comandante operacional municipal;
- c) Um elemento do comando de cada corpo de bombeiros existente no município;
- d) Um elemento de cada uma das forças de segurança presentes no município;
- e) A autoridade de saúde do município;
- f) O dirigente máximo da unidade de saúde local ou o diretor do centro de saúde e o diretor do hospital da área de influência do município, designados pelo diretor-geral da Saúde;

- g) Um representante dos serviços de segurança social e solidariedade;
- h) Representantes de outras entidades e serviços, implantados no município, cujas atividades e áreas funcionais possam, de acordo com os riscos existentes e as características da região, contribuir para as ações de proteção civil.

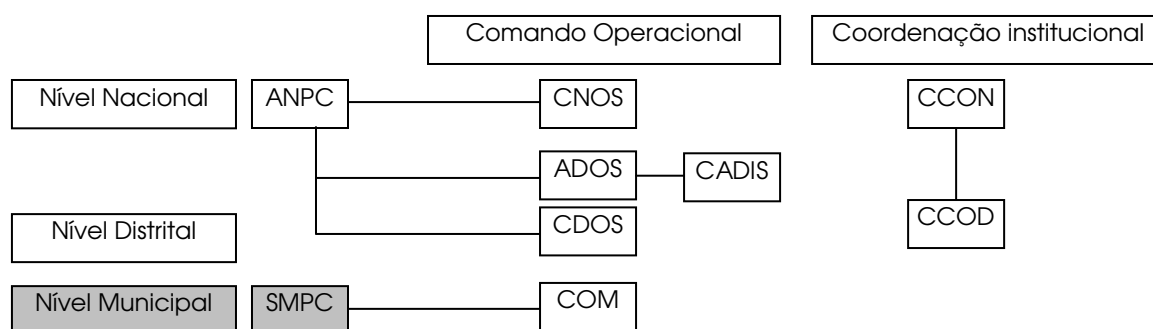
(Lei de Bases de Proteção Civil, Lei n.º 27/2006).

São competências das Comissões Municipais de Proteção Civil (como já foi referido na Parte II, ponto 1.1):

- a) Acionar a elaboração do plano municipal de emergência, remetê-lo para aprovação pela Comissão Nacional de Proteção Civil e acompanhar a sua execução;
- b) Acompanhar as políticas diretamente ligadas ao sistema de proteção civil que sejam desenvolvidas por agentes públicos;
- c) Determinar o acionamento dos planos, quando tal se justifique;
- d) Garantir que as entidades e instituições que integram a CMPC acionam, ao nível municipal, no âmbito da sua estrutura orgânica e das suas atribuições, os meios necessários ao desenvolvimento das ações de proteção civil;
- e) Difundir comunicados e avisos às populações e às entidades e instituições, incluindo os órgãos de comunicação social.

(Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro, Artigo 3.º)

## 1.2. Estrutura das Operações



**Figura 12** – Organograma da estrutura das operações de proteção civil em Portugal.

Fonte: Cadernos técnicos PROCIV/ Lei n.º 65/2007 e Decreto-Lei n.º 134/2006, alterado pelo Decreto-Lei n.º 114/2011, de 30 de novembro), na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 72/2013.

### Operações de Proteção Civil

Em situação de acidente grave ou catástrofe, e no caso de perigo de ocorrência destes fenómenos, são desencadeadas **operações municipais de proteção civil**, de harmonia com o plano municipal de emergência, previamente elaborado, com vista a possibilitar a unidade de direção das ações a desenvolver, a coordenação técnica e operacional dos meios a empenhar e a adequação das medidas de carácter excecional a adotar. (Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro, Artigo 16.º)

Consoante a natureza do fenómeno e a gravidade e extensão dos seus efeitos previsíveis, são chamados a intervir **centros de coordenação operacional** de nível nacional, regional ou distrital, especialmente destinados a assegurar o controlo da situação com recurso a centrais de comunicações integradas e eventual sobreposição com meios alternativos. Artigo 49.º (Lei de Bases de Proteção Civil, Lei n.º 27/2006).

Compete ao **SMPC** assegurar o funcionamento de todos os organismos municipais de proteção civil, bem como centralizar, tratar e divulgar toda a informação recebida relativa à proteção civil municipal.

No âmbito dos seus poderes de planeamento e operações, dispõe o SMPC das seguintes competências:

- a) Acompanhar a elaboração e atualizar o plano municipal de emergência e os planos especiais, quando estes existam;
- b) Assegurar a funcionalidade e a eficácia da estrutura do SMPC;
- c) Inventariar e atualizar permanentemente os registos dos meios e dos recursos existentes no concelho, com interesse para o SMPC;
- d) Realizar estudos técnicos com vista à identificação, análise e consequências dos riscos naturais, tecnológicos e sociais que possam afetar o município, em função da magnitude estimada e do local previsível da sua ocorrência, promovendo a sua cartografia, de modo a prevenir, quando possível, a sua manifestação e a avaliar e minimizar os efeitos das suas consequências previsíveis;
- e) Manter informação atualizada sobre acidentes graves e catástrofes ocorridas no município, bem como sobre elementos relativos às condições de ocorrência, às

medidas adotadas para fazer face às respetivas consequências e às conclusões sobre o êxito ou insucesso das ações empreendidas em cada caso;

- f) Planear o apoio logístico a prestar às vítimas e às forças de socorro em situação de emergência;
- g) Levantar, organizar e gerir os centros de alojamento a acionar em situação de emergência;
- h) Elaborar planos prévios de intervenção e preparar e propor a execução de exercícios e simulacros que contribuam para uma atuação eficaz de todas as entidades intervenientes nas ações de proteção civil;
- i) Estudar as questões de que vier a ser incumbido, propondo as soluções que considere mais adequadas.

Nos domínios da prevenção e segurança, o SMPC é competente para:

- a) Propor medidas de segurança face aos riscos inventariados;
- b) Colaborar na elaboração e execução de treinos e simulacros;
- c) Elaborar projetos de regulamentação de prevenção e segurança;
- d) Realizar ações de sensibilização para questões de segurança, preparando e organizando as populações face aos riscos e cenários previsíveis;
- e) Promover campanhas de informação sobre medidas preventivas, dirigidas a segmentos específicos da população alvo, ou sobre riscos específicos em cenários prováveis previamente definidos;
- f) Fomentar o voluntariado em proteção civil;
- g) Estudar as questões de que vier a ser incumbido, propondo as soluções que entenda mais adequadas.

No que se refere à matéria da informação pública, o SMPC dispõe dos seguintes poderes:

- a) Assegurar a pesquisa, análise, seleção e difusão da documentação com importância para a proteção civil;
- b) Divulgar a missão e estrutura do SMPC;

- c) Recolher a informação pública emanada das comissões e gabinetes que integram o SMPC destinada à divulgação pública relativa a medidas preventivas ou situações de catástrofe;
- d) Promover e incentivar ações de divulgação sobre proteção civil junto dos munícipes com vista à adoção de medidas de autoproteção;
- e) Indicar, na iminência de acidentes graves ou catástrofes, as orientações, medidas preventivas e procedimentos a ter pela população para fazer face à situação;
- f) Dar seguimento a outros procedimentos, por determinação do presidente da câmara municipal ou vereador com competências delegadas.

No caso do município de Santo Tirso as competências na área florestal são exercidas pelo Gabinete Técnico Florestal (Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro).

## 2. Mecanismos da Estrutura de Proteção Civil

### 2.1. Composição, convocação e competências da Comissão de Proteção Civil

A Comissão Municipal de Proteção Civil de Santo Tirso (CMPC) presidida pelo Presidente da Câmara Municipal, enquanto Presidente da CMPC, e responsável pela sua convocação, é constituída por:

Gabinete de Operações:

- Serviço Municipal de Proteção Civil (pertencente ao Serviço de Proteção Civil - Gabinete de Operações);
- Chefe da Divisão de Finanças e Compras.

Área de intervenção dos Serviços Comunicações:

- Coordenadores das diversas áreas de intervenção;
- Rádios Amadores;
- OCS Concelhios.

Área de intervenção da Logística - Apoio logístico às forças de intervenção:

- Delegado da Divisão de Empreitadas do Departamento de Obras Municipais
- Delegado do Serviço de Trânsito do Departamento de Planeamento e Ambiente
- Delegado da Divisão de Serviços Gerais do Departamento de Obras Municipais
- Delegado de Divisão dos Serviços Urbanos do Departamento de Obras Municipais
- Delegado da Área de Segurança Higiene e Saúde no Trabalho
- Delegado da Comissão de Vistorias
- Delegado da área de Água, Eletricidade e Saneamento
- Delegado da EDP
- Delegado da "Águas do Noroeste"
- Delegado da TRATAVE
- Delegado da Indaqua Santo Tirso/Trofa
- Delegado da EDP GÁS
- Delegado da REN, Gasodutos, S.A.
- Delegado da CP - Comboios de Portugal



- Delegado da REFER – Rede Ferroviária Nacional
- Delegado da REN
- Delegado da BRISA
- Delegado da Ascendi
- Delegado das Estradas de Portugal
- Delegado da Portugal Telecom
- Delegado dos Correios e Telecomunicações de Santo Tirso
- Sapadores Florestais
- Operadores Privados de Transporte
- Empresas de Obras Públicas

Área de Intervenção da Logística - Apoio logístico às populações:

- Delegado da Divisão de Ação Social do Departamento de Desporto, Educação, Cultura e Ação Social
- Delegado da Divisão dos Serviços Gerais
- Delegado da CVP - Núcleo de Santo Tirso
- Delegado da Irmandade e Santa Casa da Misericórdia de Santo Tirso
- Delegado do Centro Regional de Segurança Social
- Delegado do Instituto de Emprego e Formação Profissional de Santo Tirso
- Delegado da Associação Comercial e Industrial de Santo Tirso
- Delegado dos Escuteiros
- Delegado da Liga dos Amigos do Hospital de Santo Tirso
- Instituições Particulares de Solidariedade Social
- Associações e Coletividades de Cultura e Desporto

Gabinete de Informação Pública:

- Responsável do Gabinete de Comunicação

Área de Intervenção de Procedimentos de Evacuação:

- Delegado da GNR de Santo Tirso
- Delegado da GNR de Vila das Aves
- Delegado da PSP de Santo Tirso
- Delegado da Polícia Municipal

Área de intervenção da Manutenção da Ordem pública:

- Delegado da GNR de Santo Tirso
- Delegado da GNR de Vila das Aves

- Delegado da PSP de Santo Tirso
- Delegado da Polícia Municipal

Área de intervenção dos Serviços Médicos e Transporte de Vítimas:

- Delegado da Autoridade Concelhia de Saúde
- Delegado do Centro Hospitalar do Médio Ave, E.P.E.
- Delegado do Centro de Saúde de Santo Tirso
- Delegado do Centro de Saúde de S. Tomé de Negrelos
- Coordenador da Plataforma Regional de Emergência n.º 1, Norte
- Veterinário Municipal
- Delegado Regional do INEM

Área de intervenção de Socorro e Salvamento (1.ª Intervenção):

- Delegado dos Bombeiros Voluntários Tirsenses
- Delegado dos Bombeiros Voluntários de Santo Tirso
- Delegado dos Bombeiros Voluntários de Vila das Aves
- Coordenador da Plataforma Regional de Emergência n.º 1, Norte
- Delegado Regional do INEM

Área de intervenção dos Serviços Mortuários:

- Magistrado do Ministério Público
- Delegado da Autoridade Concelhia de Saúde
- Delegado do Centro Hospitalar do Médio Ave, E.P.E.
- Delegado do Centro de Saúde de Santo Tirso
- Delegado do Centro de Saúde de S. Tomé de Negrelos
- Delegado da CVP - Núcleo de Santo Tirso
- Veterinário Municipal
- Delegado da GNR de Santo Tirso
- Delegado da GNR de Vila das Aves
- Delegado da PSP de Santo Tirso
- Delegado da Polícia Municipal

Para efeitos de reuniões da CMPC são convocados os seguintes elementos:

- Presidente da Câmara Municipal ou vereador com competências delegadas
- Coordenador do SMPC/COM;

- Coordenador do Gabinete de Informação Pública: Responsável pelo gabinete de comunicação;
- Coordenadores da área de intervenção de socorro e salvamento: Um elemento do comando de cada corpo de bombeiros existente no município;
- Coordenadores das áreas de intervenção de procedimentos de evacuação e manutenção da ordem pública: um elemento de cada uma das forças de segurança presentes no município;
- Coordenadores da área de intervenção da Logística: Diretor do Departamento Desporto, Educação, Cultura e Ação Social; Chefe de Divisão de Obras Municipais e o representante dos Serviços de Segurança Social e Solidariedade;
- Coordenador da área de intervenção dos Serviços Médicos e Transporte de Vítimas: Autoridade de Saúde Concelhia;
- Coordenador da área de intervenção dos Serviços Mortuários: Magistrado do Ministério Público;

Dependendo da natureza do acidente e área geográfica afetada ou temática a tratar, devem também ser contactados os seguintes elementos: Gabinetes técnicos do serviço municipal de proteção civil adequados à natureza do acidente; Autoridades, entidades ou organismos adequados à natureza do acidente; Representante da(s) Junta(s) de Freguesia afetada(s).

São competências das Comissões Municipais de Proteção Civil:

- f) Acionar a elaboração do plano municipal de emergência, remetê-lo para aprovação pela Comissão Nacional de Proteção Civil e acompanhar a sua execução;
- g) Acompanhar as políticas diretamente ligadas ao sistema de proteção civil que sejam desenvolvidas por agentes públicos;
- h) Determinar o acionamento dos planos, quando tal se justifique;
- i) Garantir que as entidades e instituições que integram a CMPC acionam, ao nível municipal, no âmbito da sua estrutura orgânica e das suas atribuições, os meios necessários ao desenvolvimento das ações de proteção civil;
- j) Difundir comunicados e avisos às populações e às entidades e instituições, incluindo os órgãos de comunicação social.

(Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro, Artigo 3.º)

## 2.2. Critérios e âmbito para a declaração das situações de Alerta, Contingência ou Calamidade

As declarações de situações de alerta, contingência ou calamidade são mecanismos à disposição das autoridades políticas de proteção civil para potenciar a adoção de medidas preventivas ou reativas a desencadear na iminência ou ocorrência de um acidente grave ou catástrofe. Tal declaração é realizada de acordo com a natureza dos acontecimentos a prevenir ou enfrentar e a gravidade e extensão dos seus efeitos atuais ou potenciais.

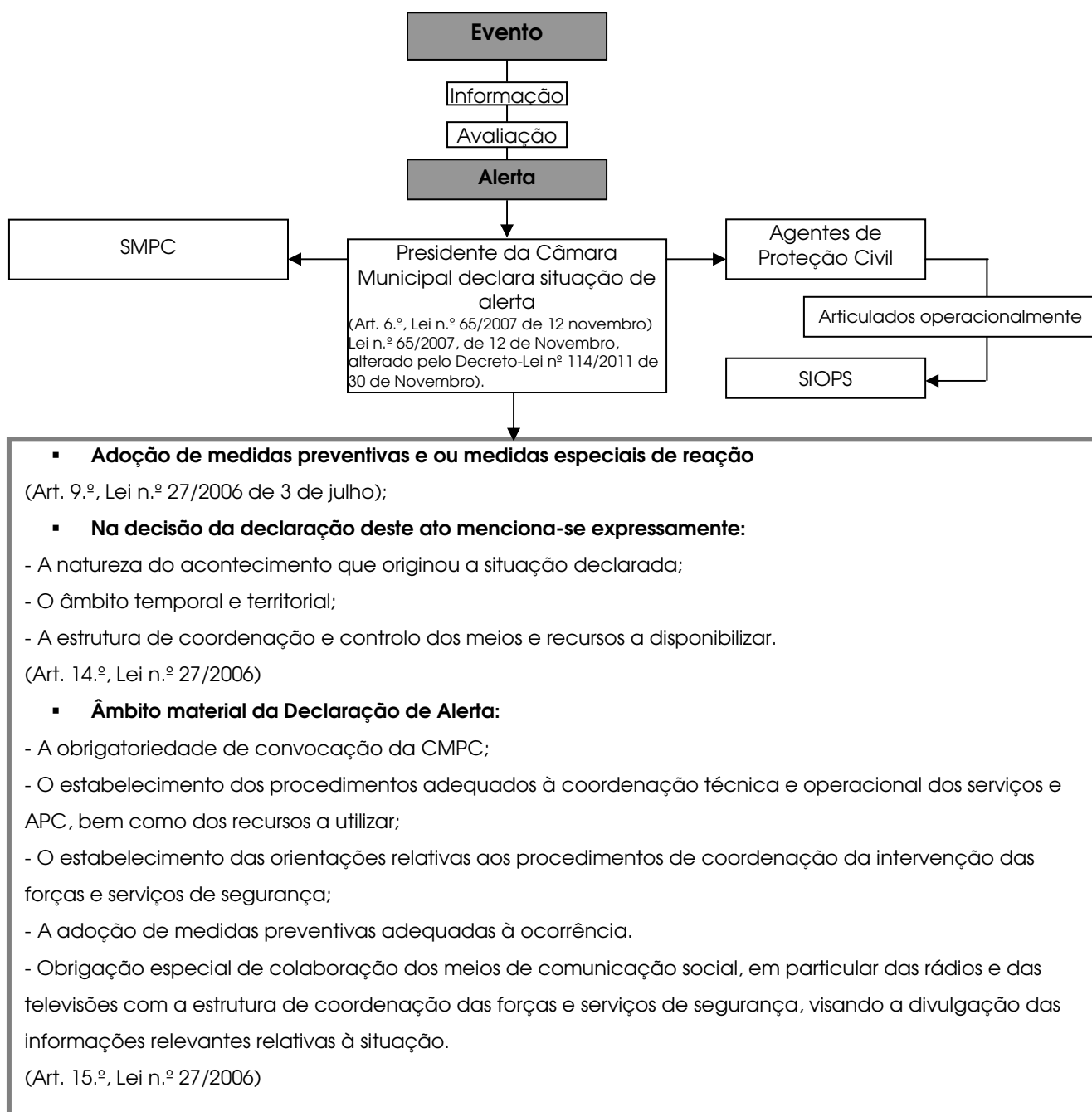
Uma vez que a situação de alerta é a única suscetível de acionamento a nível municipal, só esta será abordada.

O presidente da câmara municipal é competente para declarar a situação de **alerta** de âmbito municipal e é ouvido pelo comandante operacional distrital de Operações de Socorro, para efeito da declaração da situação de alerta de âmbito distrital, quando estiver em causa a área do respectivo município (artigo 6.º da Lei n.º 65/2007, de 12 de Novembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 114/2011 de 30 de novembro).

A situação de alerta pode ser declarada quando, face à ocorrência ou iminência de um acidente grave ou catástrofe é reconhecida a necessidade de adotar medidas preventivas e ou medidas especiais de reação (Art. 9.º, Lei n.º 27/2006 de 3 de julho).

Face à declaração de situação de alerta, o PMEPC é ativado, caso o Diretor do presente Plano considere necessário, mediante a natureza e magnitude do acidente grave ou catástrofe, à dimensão e gravidade dos efeitos das ocorrências, no sentido de enfrentar a iminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe, perante reconhecida necessidade de adotar medidas preventivas e ou medidas especiais de reação.

De salientar que a declaração da situação de alerta não implica a ativação do PMEPC.



**Figura 13** – Declaração da situação de alerta.  
Fonte: CMST, Proteção Civil, 2014.

Para além das medidas especialmente determinadas pela natureza da ocorrência, a declaração de situação de alerta dispõe expressamente sobre:

- a) A obrigatoriedade de convocação, consoante o âmbito, das comissões municipais, distritais ou nacional de proteção civil;

- b) O estabelecimento dos procedimentos adequados à coordenação técnica e operacional dos serviços e agentes de proteção civil, bem como dos recursos a utilizar;
- c) O estabelecimento das orientações relativas aos procedimentos de coordenação da intervenção das forças e serviços de segurança;
- d) A adoção de medidas preventivas adequadas à ocorrência.

A declaração da situação de alerta determina uma obrigação especial de colaboração dos meios de comunicação social, em particular das rádios e das televisões.

(Artigo 15.º, Lei n.º 27/2006 de 3 de julho)

Os critérios para a declaração da situação de alerta não se relacionam com os critérios que fundamentam a ativação do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Santo Tirso.



### 2.3. Sistema de Monitorização, Alerta e Aviso

Existem diversos sistemas de monitorização em uso para diferentes tipologias de risco. Como exemplo, cita-se o Sistema de Avisos Meteorológicos do Instituto Português do Mar e da Atmosfera (situações meteorológicas adversas, ondas de calor - Índice Ícaro, risco temporal de incêndio florestal), o Sistema de Vigilância e Alerta de Recursos Hídricos do Instituto da Água (cheias) e o Sistema de Vigilância de Emergências Radiológicas da Agência Portuguesa do Ambiente (emergências radiológicas).

Também o Comando Distrital de Operações de Socorro do Porto envia Briefings diários, que embora de carácter reservado, preparam os agentes de proteção civil para eventuais perigos.

As equipas municipais de vigilância móvel (DFCI) existentes no concelho estão articuladas entre si e asseguram a transmissão de ocorrências, sempre que necessário.

Estas equipas fazem vigilância florestal durante o período crítico de incêndios florestais e estão em contacto permanente quer com o Serviço Municipal de Proteção Civil/Gabinete Técnico Florestal, quer com o Comando Distrital de Proteção Civil.

No que respeita aos sistemas de aviso, existem diversos dispositivos para o efeito (sirenes, telefones, viaturas com megafones, estações de rádio locais, televisão, etc.) pelo que a decisão do meio a adotar terá que ser baseada na extensão da zona afetada, no tipo, dimensão e dispersão geográfica da população a avisar (pequenas povoações rurais, grandes aglomerados urbanos, quintas dispersas, etc.), na proximidade geográfica dos agentes de proteção civil e nos meios e recursos disponíveis.

Para populações de pequena dimensão utiliza-se o aviso automático através da rede telefónica, o que requer que listas de residências e empregos com a respetiva localização e números de telefones sejam elaboradas e mantidas atualizadas. Porém, haverá que considerar formas de aviso como a emissão de mensagens escritas ou difusão celular para telemóveis para a população em movimento que não está nas suas residências ou nos seus locais de emprego. É de referir que, para o caso do risco de roturas de barragens, está definido que as sirenes serão os equipamentos preferenciais de suporte à emissão dos avisos, conforme estipulado nas Normas para a Conceção do Sistema de Alerta e Aviso no Âmbito dos PEI de Barragens.

Outro meio de aviso à população é o uso de megafones, em que a utilização de carros auxilia à cobertura de maiores áreas num menor espaço de tempo. Estações de rádio locais, ou mesmo de televisão, auxiliam a uma rápida difusão do aviso.

As comunidades locais devem ser informadas sobre:

- As zonas potencialmente afetadas;
- Itinerários de evacuação;
- Os locais de abrigo onde se devem dirigir e o que devem levar consigo;
- Outras medidas de proteção da sua segurança pessoal e dos seus bens (medidas de autoproteção).

No âmbito do Sistema de Alerta de salientar as notificações a efetuar às autoridades, entidades e organismos, devidamente identificadas na parte II-2.1.